

## **6. Inscrição em Dívida Ativa**

### **6.1. CDA ou CDU**

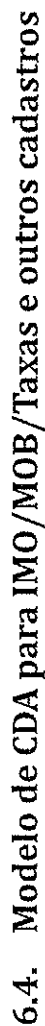
O município de Itabira utiliza-se apenas de CDA.

### **6.2. Forma de numeração das CDAs**

Automático no sistema ARCETIL, zera-se no fim de cada ano e se inicia no começo do ano seguinte (ano/nº).

### **6.3. Tipos de livro de Inscrição em DA**

Eletrônico. É disponibilizado pelo sistema ARCETIL, porém nunca foi impresso.

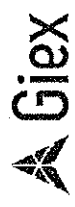


#### 6.4. Modelo de CDA para IMO/MOB/Taxas e outros cadastros

	1957-67	256,35	248,36	146,36	1441,44
TOTAL:					

Revisado: 01 de Novembro de 2026

Alexsandro Fernando Gonçalves  
Mat. 6059-5  
Superintendente da Tributação

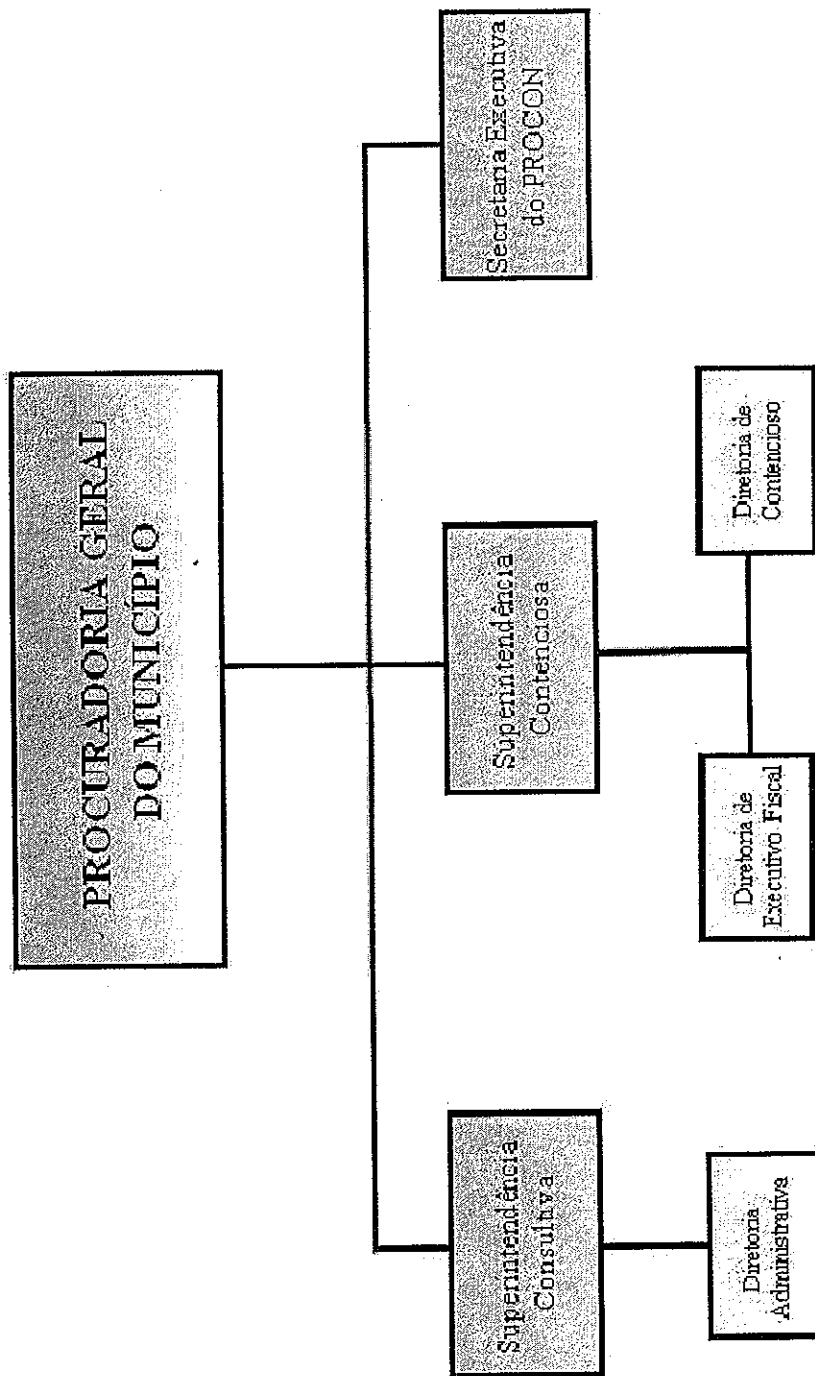


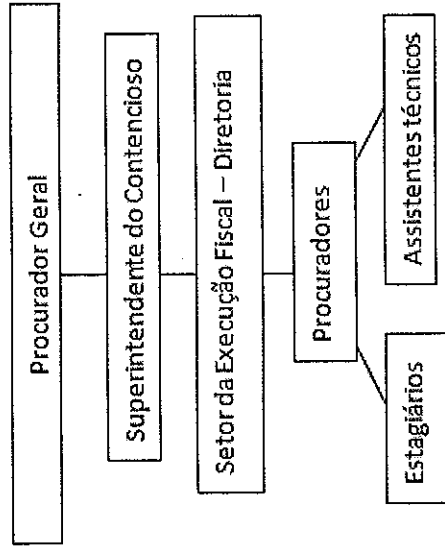
## **7. Procuradoria**

### **7.1. Procuradorias que serão abrangidas na implantação**

O Município de Itabira não possui subdivisões de Procuradorias, apenas a Procuradoria Geral.

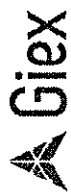
#### **7.1.1. Estrutura Organizacional**





### 7.1.2. Relação de usuários

Nome	Departamento	Cargo/Função
Alfredo Laje Drummont	Procuradoria Geral	Procurador Geral
Ana Claudia Dornelis Silva	Procuradoria Geral	Estagiário
Ana Maria Dias Cardoso	Procuradoria Geral	Procuradora
Cristilene Rosa Barbosa	Procuradoria Geral	Assistente Técnico
Daniela Magalhaes Torres	Atendimento - Execução Fiscal	Assistente Técnico
Igor Henrique Nunes da Silva	Procuradoria Geral	Estagiário



Leandro Abranches Martins	Procuradoria Geral - Execução Fiscal	Superintendente do Contencioso
Lucilene Aparecida dos Santos	Atendimento	Assistente Técnico
Maria Antonia Barbosa	Procuradoria Geral	Procuradora
Mary Rubia Correia da Silva Bento	Atendimento	Assistente Técnico
Neidmar Magalhaes	Atendimento	Assistente Técnico
Patrícia Das Graças Monteiro de Souza	Atendimento	Assistente Técnico

### 7.1.3. Fluxo de trabalho de cada Procuradoria

As CDA's emitidas pela Fazenda são encaminhadas, através do Sistema Legado da Prefeitura – Arcetil, para o setor de Execução Fiscal, que as imprimem. Posteriormente, com as CDA's em mãos, os Procuradores responsáveis iniciam o processo de execução fiscal que, atualmente, é físico e se torna eletrônico a partir dos Embargos à execução.

Existem apenas dois Procuradores responsáveis pelo setor de Execução Fiscal e a divisão de atividade entre estes é estipulada por Varas. Explica-se. No Município de Itabira existem apenas duas Varas voltadas para processo de Execução fiscal, sendo cada uma destas de responsabilidade de um dos Procuradores.

A procuradoria também utiliza do sistema denominado sipnet que registra todos os documentos, desde citações, ofícios e processos administrativos.

### 7.1.4. Peças processuais geradas



O sistema atual não gera peças processuais, inclusive trata-se de processo físico até a interposição de embargos a execução. Desta forma as peças processuais são elaboradas, livremente, pelos devidos responsáveis.

#### **7.1.5. Sistemas utilizados na Procuradoria**

Atualmente, a Procuradoria utiliza-se do sistema AR CETIL, bem como do SIPNET, que registra todos os documentos, desde citações, ofícios e processos administrativos.

#### **7.1.6. Relatórios mais utilizados pelas Procuradorias**

Atualmente, a Procuradoria não utiliza de nenhum relatório.

#### **7.1.7. Distribuição de processos entre Procuradores**

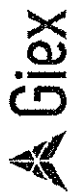
Os processos de execução fiscal são distribuídos aos Procuradores responsáveis pelo referido setor por Vara.

#### **7.1.8. Pareceres administrativos**

Os pareceres administrativos que chegam à procuradoria são cadastrados no AR CETIL e tem seu "caminho" registrado até que sejam devolvidos à Secretaria da Fazenda. As advogadas responsáveis são as Doutoras Ana Maria e Maria Antônia.

#### **7.1.9. Ajuizamento**

Após o envio das CDA's à Procuradoria, são verificados aquelas que podem ser executadas, atendendo o Decreto 2.636/2014 que prevê o valor mínimo de R\$4.253,70 (quatro mil duzentos e cinquenta e três reais e setenta centavos).



Giex

## 7.1.10. Modelo de petição inicial



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABIRA - MINAS GERAIS.

### EXECUÇÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE ITABIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.759.046/0001-74, com sede administrativa na Avenida Celso de Paula Andrade, nº 335, Centro, Cep. 37900-256, desta cidade de Itabira/MG, vem perante Vossa Excelência, por suas procuradoras lides, com filiação da Lei 6.830 de outubro de 1980, propor a presente **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA** em face de **Meu Principal - Nome**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.070.071/0001-00, com endereço na RUA Logradouro - Destruição, Número de Endereço, Bairro - Destruição, Município - Nome, CEP, CIP - Código de Endereçamento Postal, pelo que passa a expor e requer:

A presente ação de execução fiscal encontra-se consolidada na(s) Certidão(es) de inscrição em Dívida Ativa abaixo discriminada(s) e que integram a presente petição inicial.

NUMERO CERTIDÃO	ANO CERTIDÃO
Numero da Certidão	Ano da Certidão

Desta feita, requer a Esquente com base no art. 8º da Lei 6.830/80 e artigo 272, §2º do Código de Processo Civil:

a) A dívida do Executado(s) no endereço acima mencionado para pagar, no prazo legal, a notificação do crédito tributário, acrescido de juros, multa e demais encargos constantes da CDA ou garantir a presente execução nos termos do artigo 8º da Lei 6.830/80, ou nomear(em) bens para garantir a execução, sob pena de (lei) §4º (PM) penhoras dos bens suficientes à satisfação integral da dívida;

b) Requer, outrossim, que o Executado(s) seja condenado(s) ao pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da emendação.

Nos termos do art. 8º, §4º da Lei, dá-se à causa o valor de R\$ Valor da Causa (Valor da Causa por extenso).

Termos em que,  
Pete o deferimento.

Itabira, 12 de novembro de 2016

Ana Maria Dias Carilose  
OAB/MG 30.579

Maria Antônia Barboza  
OAB/MG 37.924





## No. PJ Código do Processo

### OPÇÕES DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Num. Certificado	Ano Certificado	Data de Emissão	Valor Certificado
123456789	2023	01/01/2023	R\$ 100.000,00

Certifico que na forma do Art. 170 da Lei Municipal 3.404 de 22/12/1997 e Lei Federal 5.380/80, que o(s) dubito (s) abaixo se encontram inscrito (s) no Livro de Obitos desta Repartição para fins de exequção.

Contribuyente:	Res. Principal - Nombre	Código
----------------	-------------------------	--------

**CARTEIRA:** Endereços da Rede  
**CARTEIRA:** CEFOP da Rede Principal  
**CARTEIRA:** CAD - Beneficiário - Descoberto

CAO - Números  
de Imóveis

CAD - Bairro - Descrição	CAD - Município - Destinação

[illegible]

TOTAL ATUML:00-  
Value de Carga  
Plataforma sobre el Camión

ಮುಖ್ಯಮಂತ್ರಿಗಳು

L. Avaliação e Acréscimos  
Fundamento Legal: Código Tributário Municipal - Lei 2.885/90 e 3.404/97. Lei 4420/84 e  
portais específicos.

Forma inicial: Data de vencimento

APITU - Art. 3 a 23 Lei 25/09/00 c. Art. 31 e 47 Lei 34/04/87,

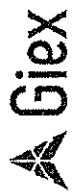
I.S.Q.N -----> Apr. 48 a 87 d v i 2.805550 e At. 48 a 77 k 3 y 1957  
I.S.Q.N -----> Apr. 48 a 87 d v i 2.805550 e At. 48 a 77 k 3 y 1957

TAXES -> Art 110 a 134 Lei 268/90 = Art. 83 a 135 3 April  
Taxes -> Art. 124 a 127 da Lei 2604/97

Taxas de serviços públicos ..... \$ 357,20  
Contribuições da Companhia pública ..... \$ 357,20

[illegible]

**ಇಂಜಿನಿಯರಿಂಗ್.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA**

Multa Trânsito - Código Brasileiro de Trânsito

Multa Infração Esportiva - Lei 3327/98

Multa Infração Tributária - Código Tributário Municipal - Lei 1340/97

2. Acréscimos sobre o valor corrigido

Juros de Mora 1% ao mês ou fração

Multa 0,33% ao dia, limitado a 30% até o exercício de 2001 e 0,22% ao dia, limitado a 20% a

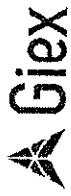
partir do exercício de 2002.

Itabira, Data de inclusão

Alessandro Fernando Gonçalves  
Superintendente de Tributação

### 7.1.11. Custas Processuais

No tocante às custas, não existe cobrança pelo município, somente pagamento de guias de citação quando são ajuizadas execuções fiscais;



#### **7.1.11.1. Forma de pagamento**

Não se aplica, vez que há somente pagamento de guias de citação quando são ajuizadas execuções fiscais.

#### **7.1.11.2. Compartilhamento**

Não se aplica, vez que há somente pagamento de guias de citação quando são ajuizadas execuções fiscais.

#### **7.1.11.3. Parcelamento de Custas ( possibilidade)**

Não se aplica, vez que há somente pagamento de guias de citação quando são ajuizadas execuções fiscais.

#### **7.1.12. Despesas Processuais**

##### **7.1.12.1. Citação**

Para citação, conforme tabela do TJMG, é cobrado o valor de R\$19,90.

##### **7.1.12.2. Outras despesas cobradas**

As demais despesas também são pagas conforme tabela do TJMG.

#### **7.1.13. Honorários advocatícios**

Atualmente, não existe rateio ou conta específica para destinação dos honorários advocatícios.

Os valores vão para uma conta única e depois é feito um rastreamento. Quando o pagamento é feito à vista são cobrados 10% (desconto) e no caso de parcelamento 20%.

##### **7.1.13.1. Honorários judiciais**

São cobrados 20 % do valor do débito sobre o valor total do débito (correção , juros e multa).



### 7.1.13.2. Honorários administrativos

Não não previsão legal quanto a cobrança de honorários antes do ajuizamento da ação de Execução Fiscal.

### 7.1.13.3. Parcelamento de honorários

Os honorários são pagos a vista, sem possibilidade de parcelamento.

#### 7.1.13.4. Guia de compartilhamento de honorários

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA				GUIA DE ARRECADÇÃO	
CONTRIBUINTE	Nº 18 MARTIR DE OLIVEIRA ESPOLIO			DOC. ORIGEM	PARCELA
				18863/2016	
VENCIMENTO	30/05/2016	INSC. MUNICIPAL	10413103640010	INSC. IMOBILIARIA	DATA ORIGEM
				10413103640010	12/02/2009
DATA EMISSAO	20/05/2016	ALÍQUOTA	0,01	VALOR TOTAL PRINCIPAL	(+) VALOR TOTAL JUROS
				534,50	473,84
(+) VALOR TOTAL MULTA	123,69	(+) VL TOTAL CORREÇÃO MONETÁRIA	208,49	(-) VALOR TOTAL DESCONTOS	VALOR CORRADO
				,00	1.340,52

VIA PM

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

81690000013-3 40522012201-5 60530000000-3 00188630969-7

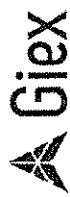


7.1.13.5. Rubrica específica para recolhimento dos honorários

A rubrica dos honorários advocatícios é: "dívida 98".

7.1.14. Cadastramento de suspensão da exigibilidade por decisão judicial

Não existe no sistema, até a presente, data um cadastramento sistemático de suspensão de exigibilidade por decisão judicial.



#### **7.1.14. Cadastramento de suspensão da exigibilidade por processo administrativo**

Não existe no sistema, até a presente, data um cadastramento sistemático de suspensão de exigibilidade por processo administrativo.

#### **7.1.15. Distribuição de processos e andamento processual na execução fiscal**

A Dívida Ativa do Município é apurada e inscrita pela Secretaria Municipal da Fazenda. Após análise de enquadramento, conforme Decreto 2.636/2014 que prevê valor mínimo para execução, a distribuição e os demais andamentos processuais na execução fiscal são realizados pelos Procuradores responsáveis. Ressalta-se que existem duas varas onde tramitam estes processos, o que possibilita que a divisão seja realizada por vara/Procurador.

#### **7.1.16. Andamentos automáticos x Nome do andamento**

Atualmente não existem andamentos automáticos.

#### **7.1.17. Peças administrativas**

Não existem modelos de peças administrativas utilizadas, cada Procurador utiliza daquele que elabora.

#### **7.1.18. Peças processuais**

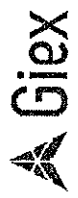
Não existem modelos de peças processuais utilizadas, cada Procurador utiliza daquele que elabora.

#### **7.1.18.1. Suspensão**

Conforme disposto no Relatório de análise de legislação, na página 2, a suspensão está prevista nos artigos 25 e 156 do Código Tributário Municipal.

#### **7.1.18.2. Extinção pagamento**

Não existe no sistema, até a presente, data um cadastramento sistemático de extinção de pagamento.



**7.1.18.3. Extinção desistência**

Não existe no sistema, até a presente, data um cadastramento sistemático de extinção desistência.

**7.1.18.4. BacenJud**

Não existe no sistema, até a presente, data um cadastramento sistemático de BacenJud.